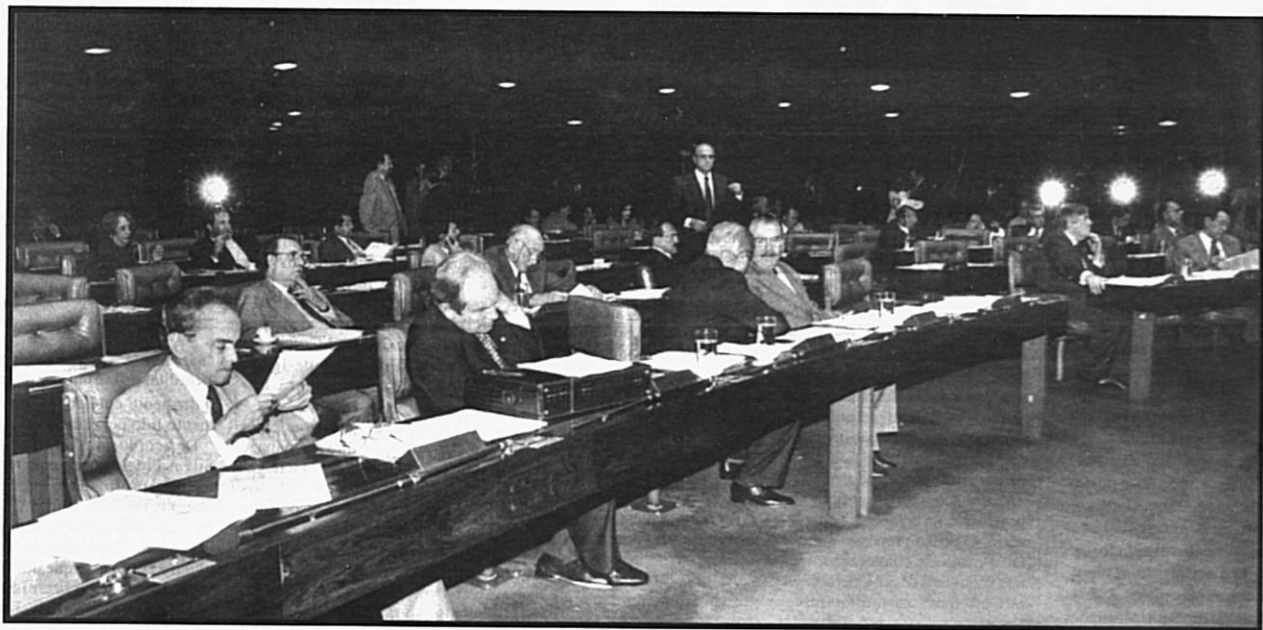


Senado aprova psicotécnico para candidato a motorista

Exigência, que estava prevista no novo Código de Trânsito e havia sido vetada pelo presidente da República, é agora restabelecida em projeto acolhido pelos senadores



O plenário do Senado aprovou ontem por unanimidade projeto de lei que exige o teste psicotécnico para qualquer pessoa que pretenda tirar carteira de motorista. Esse exame constava do novo Código de Trânsito aprovado pelo

Congresso, mas o presidente da República vetou o parágrafo que trata do assunto, por identificar imperfeições no texto. O próprio Executivo encaminhou o projeto, já votado na Câmara e que agora será enviado à sanção presidencial. **Página 5**

O plenário foi unânime em restabelecer no novo Código de Trânsito o dispositivo vetado pelo presidente

Projeto sobre sigilo bancário passa na CCJ



A CCJ aprovou também a região metropolitana do Distrito Federal

Projeto de lei que atualiza normas sobre o sigilo bancário foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta obriga as instituições financeiras a informarem ao Banco Central os nomes dos titulares das contas bancárias ou de poupança com valores elevados.

A matéria, relatada pelo senador Jefferson Péres, incorporou aspectos contemplados nos projetos de lei propostos pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Eduardo Dutra sobre o assunto. A proposição vai agora à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos. **Páginas 3 e 5**

Fundo da Terra e da Reforma Agrária financiará a compra de imóveis rurais por quem tenha experiência agrícola de cinco anos

Banco da Terra passa também na Câmara

Por 345 votos a favor, 84 contra e quatro abstenções, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem o projeto de lei do Senado que cria o Fundo da Terra e da Reforma Agrária, também denominado Banco da Terra, destinado ao financiamento de programas de reordenação fundiária e assentamento rural para trabalhadores sem propriedades. Às 21h30, prosseguia a votação de destaques.

O projeto, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), foi aprovado pelo Senado em novembro



Amin é o autor do projeto

último, na forma de substitutivo da CCJ elaborado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e prevê que

toda a receita do fundo será usada nos financiamentos para compra de imóveis rurais por parte de posseiros, arrendatários, parceiros, trabalhadores rurais minifundiários, trabalhadores rurais sem terra e qualquer trabalhador que comprove experiência agrícola de, no mínimo, cinco anos.

Os empréstimos deverão ser preferencialmente concedidos para a compra de imóveis dotados de infraestrutura, sendo que o pagamento terá prazo de amortização de 180 meses, carência de três anos e quitação em 12 parcelas anuais e sucessivas.

Goiás pode rolar dívida do semestre

O plenário do Senado autorizou ontem o estado de Goiás a elevar

temporariamente sua dívida para que possa emitir títulos, destinados a rolar a dívida mobiliária que vence neste primeiro semestre. Conforme estatísticas apresentadas pelo governo do estado, a dívida a ser girada nestes primeiros seis meses é calculada em R\$ 169 milhões.

O projeto de resolução foi analisado pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) e recebeu parecer favorável.

Plano de saúde continua na pauta da convocação

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem que não vai retirar o projeto de regulamentação dos planos de saúde da pauta da convocação extraordinária, nem pretende colocar a matéria em votação imediata, para permitir uma reflexão adequada por parte dos senadores.

A discussão do projeto vai prosseguir, na comissão e em plenário. O nosso propósito é esgotar a pauta da convocação, mas não votaremos de qualquer maneira. Queremos votar um bom projeto - frisou.

O senador disse que a alternativa de apresentação de outra proposta, para tramitação paralela, "pode ser uma boa idéia, se não vingar o projeto atual. É bom que

fique claro que, nesse projeto atual, o Senado só tem o poder de suprimir, modificações não podem ser feitas".

Antonio Carlos esclareceu que ainda não tem posição formada na polêmica aberta pela rejeição das entidades representativas de médicos e consumidores ao projeto aprovado pela Câmara, submetido agora à apreciação do Senado dentro da convocação extraordinária.

Estou estudando o assunto. Recebi ontem (terça-feira) a colaboração dos médicos, que já mandei distribuir a todos os senadores. Depois que formarmos opinião, vamos discutir, inclusive com os líderes. Aqui não se decide nada autoritariamente - concluiu.

Senado deseja sucesso na visita do papa a Cuba

O plenário aprovou ontem requerimento, encabeçado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), com voto de pleno êxito ao papa João Paulo II e ao presidente Fidel Castro por ocasião da visita do Sumo Pontífice a Cuba, a partir de ontem.

Ao encaminhar a votação, Suplicy manifestou esperança de que os Estados Unidos "compre-

endam que é chegado o momento de acabar com o bloqueio comercial a Cuba, que já dura 35 anos". Disse ainda esperar que o presidente cubano ouça os apelos "que João Paulo II fará no sentido de se permitir em Cuba maior liberdade de expressão, de crença e um avanço na direção da democratização daquele país".

O bloqueio começa a cair, diz Benedita

A presença do papa João Paulo II em Cuba, além de ser um fato importante e histórico, "é um ato pela paz e que deverá culminar como instrumento para acabar com o bloqueio dos Estados Unidos àquele país". A afirmação foi feita ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao ler em plenário a mensagem oficial de Fidel Castro sobre a visita do chefe da Igreja Católica, que terminará domingo.

Conforme a senadora, Fidel Castro afirmou que "o papa é uma dor de cabeça para a hegemonia unipolar dos Estados Unidos, o sistema e a política econômica que está tratando de impor ao mundo".

Considero que a batalha que Cuba venceu em 1985 contra a dívida externa é a mesma vitória conquistada pelo papa, do qual nos alegamos muitíssimo - diz



Benedita: visita é um ato pela paz do dirigente cubano, no documento lido pela senadora.

De acordo com Benedita da Silva, Fidel Castro encerra a mensagem afirmando que "ganhamos também com a visita do papa uma medalha olímpica, uma medalha de ouro, e tenham a certeza de que uma revolução que pode fazer isso é uma revolução invencível, um povo que pode fazer isso é um povo invencível".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
17h - Recebe o embaixador dos Estados Unidos da América, Melvin Levitsky
18h - Recebe os diretores da Agência Nacional do Petróleo

PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado
Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país; "Projeto de Resolução nº 6/98, que autoriza o estado de Mato Grosso do Sul a elevar temporariamente, e em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso II do art. 4º da Resolução nº 69/95, e contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - Fonplata, no valor de US\$ 13,4 milhões, destinados ao financiamento parcial da construção da ponte sobre o rio Paraguai, na rodovia

federal BR-262, no trecho Miranda-Corumbá; e segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: "Mensagem nº 220/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID, no valor de US\$ 57 milhões, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal; "Ofício nº 9/98 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Pará para contratar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 24,2 milhões, destinada à aquisição de débitos daquele estado; "Mensagem nº 221/97 (não terminativo), solicitação do governo federal para contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 155 milhões, junto ao Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor de Ciência e Tecnologia. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel da Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Instituições financeiras terão de passar ao Banco Central informações sobre correntistas e poupadores com saldos elevados em suas contas e aplicações financeiras, de acordo com a proposta, que agora irá à CAE

CCJ aprova projeto sobre sigilo bancário



Quintanilha: idéia passou na CCJ

Quintanilha quer discussão da Lei Pelé por três comissões

Requerimento do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) para reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) para análise da Lei Pelé foi aprovado na mesma reunião da CCJ, ontem pela manhã. A análise conjunta depende ainda da deliberação das outras duas comissões (CAS e CE).

Quintanilha é o relator do projeto da Lei Pelé na CCJ e quer garantir a apreciação em tempo hábil para que a matéria seja encaminhada ao plenário ainda no período da convocação extraordinária.

Uma das principais mudanças propostas é o fim do passe. Pelo projeto, agora qualquer cessão ou transferência de atleta profissional, na vigência do contrato de trabalho, dependerá da anuência deste. A legislação atual prega que o atleta não é livre para escolher o empregador nem para assinar um contrato de trabalho, sem expressa autorização do dono do seu passe, mesmo que o seu contrato já tenha expirado.

Outro dispositivo é o que permite a exploração do bingo por parte das entidades de direção e de prática desportiva com a finalidade de angariar recursos para o fomento do desporto.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto de lei que atualiza as normas sobre o sigilo bancário no Brasil, obrigando as instituições financeiras a informarem ao Banco Central os nomes dos titulares das contas bancárias ou de poupança com valores elevados. A CCJ votou favoravelmente o parecer do relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), ao projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

A proposição determina o dever de sigilo por parte das instituições financeiras, mas especifica os procedimentos que não constituem violação a esse dever. Aqui se incluem os casos em que há comunicação às autoridades competentes de ilícitos penais ou administrativos.



Jefferson: relatório aprovado

Comissões de inquérito de órgãos públicos e o Tribunal de Contas da União também podem pedir à Justiça a quebra do sigilo bancário sobre as operações financeiras que envolvam indiciados.

O Banco Central, de acordo com o projeto, ao receber as informações solicitadas, será obrigado a manter o seu sigilo. O projeto determina ainda que

os bancos devem prestar informações à Comissão de Valores Mobiliários, entidade fiscalizadora do mercado de ações. No caso das contas com saldos de montantes elevados, caberá ao Conselho Monetário Nacional fixar o valor mínimo dos depósitos que devem ser comunicados ao BC.

Segundo o autor do projeto, a medida tornava-se necessária porque a legislação pertinente já estava em vigor há 30 anos e trata-se de matéria polêmica, "que assume importância ímpar nos dias atuais, sobretudo em face dos frequentes crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro, além do crime organizado".

O senador Jefferson Péres, ao elaborar seu relatório, incorporou aspectos contemplados



Alcântara: projeto mais antigo

nos projetos de lei propostos pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre o mesmo assunto, tomando como ponto de partida aquele apresentado por Alcântara por ser o mais antigo em tramitação. A proposição vai agora à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Avião hostile poderá ser abatido no ar

A CCJ também aprovou ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) pela constitucionalidade do projeto de lei da Câmara que permite a destruição de aeronave considerada hostile, inclusive civil, após autorização do presidente da República ou autoridade por este designada.

O projeto volta agora à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que examinará seu mérito, conveniência e oportunidade, além de sua adequação aos padrões internacionais de regulação da defesa e polícia em matéria de combate ao crime organizado, sobretudo ao narcotráfico e ao contrabando em larga escala.



A nova legislação aprovada na CCJ diz que o presidente da República terá de autorizar o ataque aéreo

A proposição pretende alterar dispositivo do Código Brasileiro de Aeronáutica que prevê apenas a possibilidade de a aeronave ser detida por autoridades aeronáuticas, fazendárias ou de polícia fe-

deral se voar no espaço aéreo com infração das convenções ou atos internacionais ou das autorizações para tal fim, e se, entrando no espaço aéreo brasileiro, desrespeitar a obrigatoriedade de pouso em

aeroporto internacional, para o exame dos certificados e outros documentos indispensáveis, para averiguação de sua carga no caso de restrição legal e para averiguação de ilícito.



Antonio Carlos: balanço positivo

ACM elogia ação de Temer na Câmara

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem o trabalho que vem sendo realizado pela Câmara nos últimos anos, e reconheceu, em especial, o esforço que o presidente daquela Casa, deputado Michel Temer, está fazendo, visando ao cumprimento da pauta de votações.

O senador afirmou que o presidente Michel Temer está tomando

as medidas indispensáveis para garantir a presença na Câmara: "Ele está cobrando e adotando as sanções administrativas cabíveis; quando ele pode descontar, está descontando. Este é um trabalho que cabe a ele e aos líderes, mas é também um trabalho de consciência de todos os parlamentares, sejam senadores ou deputados. Todos têm que vir à convocação

extraordinária, do contrário não se pode pagar, nem a deputado nem a senador que não compareça".

O presidente do Senado defendeu rapidez na aprovação da reforma da Previdência, e afirmou que os parlamentares não devem temer os possíveis maus efeitos sobre a popularidade, por se estar num ano eleitoral.

ACM lamenta incidente no Planalto

Depois de receber uma ligação telefônica do presidente da República, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lamentou em plenário o incidente à porta do Palácio do Planalto, ontem, envolvendo aposentados, a segurança do Palácio, o senador Suplicy (PT-SP) e o deputado Arnaldo Faria de Sá, relator da reforma da Previdência na Câmara. Conforme a informação recebida, os aposentados e os parlamentares tentaram entrar no Palácio sem audiência marcada.

- Faço essa comunicação porque o presidente da República me solicitou, mas sobretudo para evitar que fatos assim se reproduzam, porque uma ação militar pode surgir, criando um problema institucional extremamente desagradável - disse o presidente do Senado.

Ele se colocou à disposição dos senadores, quando necessário, para tentar marcar audiências no Planalto. "Essas coisas não podem ser feitas desse jeito, porque pode haver consequências trágicas", assinalou. ACM ponderou que, "por falta de habilidade em determinado momento para se respeitar as autoridades" do país, a situação pode ficar fora de controle.

Suplicy explica a manifestação

O senador Eduardo Suplicy, depois de lembrar que ontem foi o Dia do Aposentado, explicou ao plenário que acompanhou os aposentados e líderes sindicais em sua caminhada ao Palácio do Planalto, onde houve incidente porque "diversas pessoas avaliaram que podiam subir alguns passos na rampa do Palácio", mas a segurança não permitiu.

- As pessoas queriam avançar dois, três passos para que pudessem, de uma altura maior, falar aos presentes. Então, houve um momento de empurrões. Testemunhei uma ameaça de agressão, mas que não se consumiu - disse. Acrescentou que, depois de conversar com os segurancas, eles permitiram que líderes sindicais avançassem um pouco na rampa, de onde discursaram.

Suplicy explicou que os aposentados e lideranças estiveram no Congresso porque houve, na Câmara, uma sessão de homenagem ao Dia. Depois decidiram caminhar até o Palácio. Disse que a Confederação Nacional dos Aposentados vem pedindo uma audiência com o presidente da República "há mais de um ano", sem sucesso.

Proposta a ser examinada pelos senadores assegura a tutela dos direitos relativos a programas pelo prazo de 50 anos

Plenário aprecia hoje projeto sobre software

O plenário do Senado discutirá em turno único, na sessão ordinária de hoje, o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a produção da propriedade intelectual de programa de computador e de sua comercialização no país. O texto assegura a tutela dos di-

reitos relativos a programa de computador pelo prazo de 50 anos e a proteção aos direitos nele prevista, independentemente de registro.

Constam ainda da pauta da Ordem do Dia: projeto de resolução que autoriza o estado do Mato Grosso do Sul a

eleva o limite de seu endividamento, e contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 13,4 milhões; e o segundo dia de discussão em segundo turno da PEC nº 39/97, que dispõe sobre o regime constitucional dos militares.

Valadares solidariza-se com aposentados que tiveram salário suspenso pelo Mare

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou ontem sua solidariedade aos aposentados e pensionistas da União cujos salários tiveram o pagamento suspenso por determinação do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare), "sob o pretexto de que a administração federal está providenciando recadastramento de todos os aposentados".

Valadares leu a íntegra de documento a ele encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais na Saúde e Previdência Social do Estado de Pernambuco,



Valadares: não à suspensão

que lhe solicitou manifestação no Legislativo e envio de ofício aos ministros Luís Carlos Bresser Pereira, do Mare, e Carlos Alburquerque, da Saúde.

Na opinião do senador, um

simples recadastramento não pode implicar a suspensão do pagamento das aposentadorias, mesmo porque, à falta de qualquer reajuste nos últimos três anos, "elas já estão muito baixas".

No documento lido por Valadares, o Sindsprev-PE assegura que estava recadastrada a maioria dos aposentados que não recebem nada desde dezembro.

Por sua vez, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) observou, para registro em ata, que 21 de janeiro é consagrado como o Dia Nacional dos Aposentados.

Dutra discorda de ACM sobre período militar. "É a democracia", diz presidente

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, discordou, em plenário, de declarações do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentadas no dia 20 pelo *Jornal Nacional*, ao fazer palestra na Associação Comercial de São Paulo.

- As afirmações do senador Antonio Carlos Magalhães apresentadas passam a impressão de que o regime militar foi essencialmente bom, apesar de alguns erros, exageros, inclusive justificadas pela pouca prática dos militares com o poder. Pas-

sou ainda a impressão de que a Constituição de 88 é causadora dos grandes problemas do país - disse Dutra.

- Acho que o regime militar pode ter tido pontos positivos, mas foi ruim para o Brasil, não apenas do ponto de vista político, mas também econômico. Fala-se hoje em reforma da Previdência para evitar sua quebra, mas algumas das obras do regime militar foram feitas com dinheiro da Previdência - opinou o líder do Bloco Oposição. Quanto à Constituição, observou que o governo "vem usando e abusando" da possibilidade de modificá-la.



Dutra apontou prejuízos

Ao final, Antonio Carlos Magalhães manifestou sua satisfação em dialogar com José Eduardo Dutra. "Assim como externei minha opinião ontem, V. Exª o faz hoje. A democracia vive desses contrastes", observou.



Júnia lembra dom Serafim

Júnia saúda novo cardeal do Brasil

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) pediu ontem a inserção nos Anais da Casa da escolha de dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte, para o prelado de cardeal da Igreja Católica. "A escolha vem homenagear aquela parcela mais pobre e necessitada da nossa população", disse a senadora, lembrando que o cardeal nasceu no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais carentes de Minas Gerais.

- Dom Serafim reúne as qualidades necessárias a um bom cardeal. Estamos felizes com a escolha e temos certeza de que ele continuará a levar sempre mais alto o nome de Minas, mas acima de tudo esperamos que o novo cargo o aproxime ainda mais de Deus - afirmou.



Francelino: congratulações

Francelino homenageia dom Serafim

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou ontem requerimento para que a Casa envie voto de congratulações ao papa João Paulo II e ao arcebispo de Belo Horizonte, dom Serafim Fernandes de Araújo, em razão da nomeação deste para cardeal.

- A elevação de dom Serafim a cardeal da Igreja Católica constitui justo prêmio do papa João Paulo II, não só a Belo Horizonte, no ano de seu centenário, mas a toda Minas Gerais e ao Brasil com o qual nos honra o Santo Padre - disse.

Francelino Pereira informou que dom Serafim cursou Mestrado em Teologia e Direito Canônico na Universidade Gregoriana de Roma, onde se ordenou sacerdote em 1949.

Decisão foi tomada pela unanimidade do plenário. Exigência constava do novo Código de Trânsito, mas foi vetada pelo presidente da República por apresentar incorreções. Matéria segue hoje à sanção de Fernando Henrique

Senado aprova volta do psicotécnico

CCJ acata região metropolitana do DF

O substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que autoriza a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O projeto original é de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do senador por Goiás, Iris Rezende, atual ministro da Justiça.

A proposição visa instituir também o Programa Especial de Desenvolvimento do DF e Entorno. Segundo José Roberto Arruda, o objetivo do projeto é quebrar as dificuldades constitucionais que a criação de uma região metropolitana formaliza, uma vez que essa questão interessa a três unidades da Federação: Brasília, Goiás e Minas Gerais. O senador disse ainda que um dos objetivos do projeto é eliminar a política assistencialista que governos passados têm trazido para a capital.

A criação da região metropolitana vai diminuir o fluxo das correntes migratórias, deixando de ser a capital um atrativo, e, mais, para que Brasília não se transforme numa baixada fluminense do que ela tem de pior -



Arruda: redução da migração argumenta ele.

Pelo projeto, a região administrativa será formada pelo DF e pelos municípios de Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso, no estado de Goiás, e ainda por Unaí e Cabeceira Grande, em Minas Gerais.

Os senadores Leonel Paiva (PFL-DF), Francelino Pereira (PFL-MG), Pedro Simon (PMDB-RS) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) se manifestaram a favor da criação da região metropolitana. O relator da matéria foi o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), cujo parecer foi lido pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O substitutivo aprovado irá, agora, à deliberação do plenário.

Bezerra pede verba para habitação em MT

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) alertou ontem as autoridades federais para a necessidade da liberação de recursos já previstos para três projetos de habitação da prefeitura de Cuiabá, e lembrou que esses recursos devem constar no orçamento de 1999 para que as obras tenham continuidade.

Bezerra explicou que, para terem condições de salubridade, os novos assentamentos urbanos de Cuiabá precisam contar com serviços de saneamento, água tratada e luz elétrica e que os projetos dependem de repasses federais, cuja liberação está sujeita a estudos em andamento na Caixa Econômica Federal e no Ministério do Planejamento.

Em Cuiabá, há um déficit de 30 mil casas, um número incrivelmente alto para uma população de cerca de 450 mil pessoas. Com um crescimento populacional de 6% ao ano, só poderíamos chegar a essa enorme deficiência: são 52 mil pessoas sem condições adequadas de habitação - assinalou.

O senador informou que os três projetos da prefeitura de Cuiabá são: *Lotes Urbanizados*, que prevê o oferecimento de lotes entre 30 e 40 metros quadrados; *Habitat Brasil*, que pretende melhorar as condições de moradia de famílias que ganham até três salários mínimos; e *Pró-Moradia*, para melhorar as habitações da população de baixa renda.

Por unanimidade, o plenário do Senado aprovou ontem à tarde projeto de lei que exige o teste psicotécnico para qualquer pessoa que pretenda tirar carteira de motorista. Esse exame constava do novo Código de Trânsito Brasileiro aprovado pelo Congresso, mas o presidente da República vetou o parágrafo do código que trata do assunto, por identificar imperfeições no texto. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou o projeto ao Senado, restabelecendo o exame psicotécnico.

O projeto, que modifica outros pontos do código, será encaminhado ainda hoje à Presidência da República, para sanção. A votação da proposta foi feita no Senado em menos de uma semana, por acordo de líderes de todos os partidos, permitindo que as mudan-

ças entrem em vigor junto com todo o Código de Trânsito.

A matéria estabelece ainda que fica proibido colocar nos vidros dos carros qualquer tipo de película, reflexiva ou não, além de inscrições, painéis decorativos ou

cação de trânsito. O fundo terá como uma de suas fontes de recursos o percentual de 5% de todas as multas de trânsito aplicadas no país.

O projeto foi relatado favoravelmente em plenário pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para quem a avaliação psicológica dos candidatos à carteira de motorista será fundamental para reduzir o número de acidentes no país. Manifestaram-se em plenário a favor do projeto os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP), Odacir Soares (PTB-RO), Levy Dias (PPB-MS), Sebastião Rocha (PDT-AP), José Fogaça (PMDB-RS) e Francelino Pereira (PFL-MG).

Votação demorou menos de uma semana, para que a mudança vigore junto com o novo código

pinturas, quando a segurança do veículo ficar comprometida.

No mesmo projeto, o presidente da República cria o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), que vai custear as despesas do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) relativas a segurança e edu-

Alteração começou pela manhã na CCJ

Antes da decisão do plenário, a proposta que recompõe dispositivos vetados do Código de Trânsito Brasileiro foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Além de restabelecer a obrigatoriedade do exame psicotécnico para os candidatos à obtenção da carteira nacional de habilitação, a proposição, relatada pelo senador Ramez Tebet, também dá competência aos conselhos estaduais de trânsito para designar junta médica especial para candidatos à habilitação de motorista, no caso de recursos deferidos. Da mesma forma, proíbe a afixação, na área envidraçada do veículo, de inscrições ou películas reflexivas que possam comprometer a segurança.

Ramez Tebet disse que a iniciativa acaba com distorções que precisavam ser corrigidas antes de o novo Código de Trânsito entrar em vigor. Ele afirmou que outra medida relevante para a efetiva vigência do novo código é a instituição e a regulamentação do Fundo Nacional de Educação de Trânsito, no âmbito do Ministério da Justiça, com a finalidade de custear as despesas relativas à operacionalização da segurança e educação do trânsito.

Participaram da discussão na comissão os senadores Romeu Tuma, que teve emendas rejeitadas pelo relator; José Eduardo Dutra, argumentando que, à luz

da Constituição, teriam que ser apreciados antes os vetos presidenciais, para então se votar o projeto; e Leomar Quintanilha (PPB-TO), afirmando que o país aguarda com ansiedade e expectativa o novo Código de Trânsito.

Também se manifestaram sobre o tema os senadores Pedro Simon, que sustentou que o Poder Executivo tinha a obrigação de debater, discutir e esclarecer as perguntas do povo; Esperidião Amin (PPB-SC); e José Roberto Arruda (PSDB-DF), que defendeu a melhoria da qualidade dos exames psicotécnicos e se insurgiu contra o uso do carro como arma. Já o senador Josa-

phat Marinho (PFL-BA) alegou que por sua irrecusável necessidade pública iria aprovar o projeto.

Ainda se manifestaram pela aprovação os senadores Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo, que disse que o projeto era de fundamental importância para consagrar o texto do novo Código Nacional de Trânsito, e o senador José Fogaça, que afirmou que o código prega a defesa da vida e que houve, sim, debate, teve comissão especial, e, concluindo, disse que "o Congresso Nacional deseja é o que a sociedade brasileira precisa".



ACM RECEBE AGRADECIMENTOS

Os representantes das entidades de classe dos psicólogos, que acompanharam as galerias do plenário a aprovação do projeto mantendo a exigência de exame psicotécnico para motorista,

procuraram o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para agradecer-lhe pela decisão de incluir a matéria na Ordem do Dia da sessão de ontem.



Jonas Pinheiro: fiscalização

Jonas quer regulamentar a produção de sementes

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ontem, em plenário, apoio para projeto de sua autoria que dispõe sobre a produção, o comércio e a fiscalização de sementes no Brasil, esclarecendo que não existe legislação específica para o setor.

- O segmento de sementes no Brasil congrega cerca de 1.500 produtores desse insumo, entre empresas nacionais e transnacionais, cooperativas e produtores individuais. Anualmente produz cerca de 2 milhões de toneladas de sementes, com um volume de negócios da ordem de R\$ 1,5 bilhão, além de gerar 300 mil empregos diretos e indiretos - observou.

Esclareceu que sua proposta estabelece regras claras e precisas para nortear os produtores de sementes e para disciplinar a função fiscalizadora do Poder Público, representado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e pelos órgãos correlatos nos estados.

Ignácio comemora exportação de mamão

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) cumprimentou ontem o ministro da Agricultura, Arlindo

Porto, pelo trabalho desenvolvido em favor da exportação do mamão papaya do Espírito Santo para os EUA.

Ele recebeu mensagem de Arlindo Porto comunicando que a embaixada brasileira em Washington recebeu indicações de que o Departamento de Agricultura americano encaminhará as regras para acesso àquele país do mamão procedente do norte capixaba. Segundo ele, as empresas que vão comercializar as mamões esperam, ainda este ano, exportar algo em torno de 3 milhões de dólares.



José Ignácio

Senador apresentou requerimentos de informações aos ministros do Planejamento e da Fazenda para investigar possíveis irregularidades com recursos da Sudam em Mato Grosso

Ademir verifica denúncia de fraude

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem dois requerimentos de informações, dirigidos aos ministros do Planejamento, Antônio Kandir, e da Fazenda, Pedro Malan, em que solicita uma série de dados para verificar se têm fundamento as denúncias de ocorrência de fraudes em projetos executados com recursos liberados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) no estado do Mato Grosso.

As denúncias foram publicadas no último fim de semana pelo jornal *Folha de S. Paulo* e apontam para a ocorrência de falsificação de notas fiscais e contratos, "bem como para a prática de superfaturamento de até 401,9% em determinados itens".



Ademir Andrade: falsificações

A partir das respostas dos ministros, o senador pretende "discutir uma nova modalidade de subsídio e incentivo para a região".

- Quem sabe não seria melhor, ao invés de conceder isenção do Imposto de Renda para os empresários, o governo recolher o imposto devido e aplicá-lo dire-

tamente na infra-estrutura da região, necessária à implantação de projetos industriais e agroindustriais? - sugeriu.

No requerimento ao ministro da Fazenda, Ademir Andrade solicita cópia da auditoria realizada pela Receita Federal em contratos existentes entre a Sudam e empresas, com liberação de recursos do Finam. Ele também pergunta sobre os "procedimentos atualmente adotados para permitir que as empresas possam fazer a opção pela renúncia fiscal, e de que maneira essa sistemática tem permitido a prática ilegal de compra e venda de certificados de incentivos fiscais".

Ao ministro Antônio Kandir, o senador solicita a relação de todos os contratos firmados pela Sudam

desde janeiro de 1995 que envolveram a liberação de recursos do Finam, com os nomes das empresas e dos proprietários, localização das sedes das empresas, objeto detalhado dos contratos, prazo de aplicação dos recursos e valores das contrapartidas previstas nos contratos, entre outros itens. Além disso, Ademir quer saber das fiscalizações realizadas pela Sudam nos empreendimentos por ela financiados, com datas, conclusões e resultados alcançados.

O senador salientou que, só em 1997, a Sudam realizou um orçamento de R\$ 400 milhões, tendo liberado mais recursos provenientes da renúncia de parcela do IR, por parte da União, do que o total liberado pela Sudene.

Bezerra defende diretoria da Sudam

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu ontem a atual diretoria da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) das acusações de irregularidades noticiadas na imprensa. "Essa diretoria vem procurando moralizar a Sudam, e se há desmandos, serão investigados e punidos", sustentou.

Na opinião de Bezerra, é preciso acabar com a "falsa" imagem de que as regiões Norte e Nordeste são as que recebem mais incentivos fiscais. "A maioria vai para o Sul e o Sudeste, principalmente para o estado de São Paulo", afirmou o senador, reconhecendo, no entanto, que o parque industrial de Mato Grosso foi montado a partir de incentivos fiscais.

Em apartes, os senadores Gilberto Miranda (PFL-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) apoiaram o pronunciamento.

Carlos Bezerra anunciou ainda o lançamento do livro "Mato Grosso: o Futuro Agora", que retrata sua trajetória de 30 anos na política. A publicação será lançada amanhã, às 20h, no Moitara Sebrae Center, em Cuiabá. Já confir-



Bezerra: desmandos serão punidos

maram presenças o senador José Sarney (PMDB-AP), o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, entre outras autoridades.

Senadores desejam que deputado Gabeira possa entrar nos EUA

Vários senadores assinaram ontem ofício dirigido ao presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, pedindo-lhe que interfira junto ao Congresso americano para que o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) seja autorizado a entrar nos Estados Unidos. O documento, encabeçado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), diz que, há vários anos, Gabeira tenta ir àquele país, sendo-lhe negado o visto no passaporte.

Os senadores pedem então a Antonio Carlos Magalhães que comunique ao presidente do Congresso americano seu desejo de que "esta proibição inadmissível sobre um congressista brasileiro, perfeitamente integrado na vida democrática, seja suspensa para que o deputado Fernando Gabeira possa cumprir sua tarefa nos Estados Unidos, que é a de divulgar a cultura brasileira".

Autor do livro *O que é isso, companheiro?*, que originou o filme escolhido para representar o Brasil na

disputa pelo Oscar, Gabeira foi contido pela empresa Miramax para participar do lançamento da produção nos Estados Unidos, no próximo dia 30. Ele apresentou novo pedido de visto à embaixada, mas até agora não obteve resposta. Em 1996, o deputado teve visto negado para visitar a ONU, e no ano passado foi-lhe negado visto para participar de um debate sobre o futuro do Tibet, no Congresso americano.

Conforme o ofício, a embaixada tem negado esse visto porque o deputado, eleito em 1994, participou, em 1969, do sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick. Mas o documento ressalta que, mediante inúmeras manifestações, Gabeira já fez a autocrítica de sua participação na luta armada, tendo sido anistiado por iniciativa do governo brasileiro e do Congresso Nacional. O documento afirma também que o próprio Charles Burke Elbrick manifestou-se a favor dessa anistia.

Pouco antes das 19h, Suplicy agradeceu em plenário a rápida ação do presidente Antonio Carlos Magalhães, em enviar ao embaixador americano o ofício com que os senadores pedem o fim da proibição da entrada do deputado Gabeira nos Estados Unidos. Suplicy disse esperar que o embaixador responda o mais breve possível, concedendo o visto, e considera inexplicável que Gabeira não possa ir ao Estado Unidos assistir ao lançamento de "O que é isso, companheiro?". Comentou que essa viagem poderá contribuir inclusive para o Brasil ganhar o Oscar de melhor filme estrangeiro, e leu a mensagem que ACM enviou ao embaixador: "Encaminho a V. Exa. documento subscrito por diversos senhores senadores, que compõem a maioria do Senado Federal, no qual solicitam seja examinado, pelo Senado norte-americano, bem como pelo eminente presidente Bill Clinton, o que nele está contido".

Cafeteira garante que é candidato no Maranhão

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) desmentiu nota publicada na coluna Panorama Político, de *O Globo*, sobre suposto acordo que ele estaria fazendo no Maranhão, para disputar novamente o Senado, enquanto a governadora Roseana Sarney tentaria reeleger-se para o governo.

Sustentou que, se desejasse disputar a reeleição, não precisaria fazer acordos, visto que tem no mínimo 80% das intenções de votos. "Sou candidato a governador e essa é uma posição inarredável. No Maranhão, sou conhecido como o homem que promete e cumpre".



Cafeteira

Implantação de transporte fluvial na região do Araguaia-Tocantins viabiliza o aproveitamento econômico dos cerrados, garante senador

Campos defende hidrovia e condena atuação de ONG

"Não sou contra a preservação ambiental, mas não podemos concordar que organizações não-governamentais internacionais queiram ditar normas que prejudiquem o pleno desenvolvimento do Brasil", afirmou ontem o senador Júlio Campos (PFL-MT), ao lamentar que uma ONG, "levando ao extremo a defesa do meio ambiente", recorreu à Justiça pelo embargo do projeto de implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins.

A paralisação do processo, em consequência desse equívoco, no mínimo adia a fruição dos benefícios projetados e desperta a justa reação dos defensores da política integracionista - disse.

A administração da hidrovia Araguaia-Tocantins, segundo o senador, promoveu a cassação da liminar, concedida por juiz federal de Cuiabá, tendo como origem a alegação "de revolta dos índios das aldeias Pimentel Barbosa e Areões, em Nova Xavantina", não con-



Campos: liminar foi cassada

firma pela chefia da Funai na cidade.

Júlio Campos defendeu o programa hidroviário para o Centro-Oeste, que atenderia o Norte, e afirmou que há muito o Brasil poderia transportar milhões de toneladas de grãos por via fluvial. "Só Mato Grosso produz 8 milhões de toneladas, 10% da produção nacional, mas não adianta produzir sem um sistema de transporte eficiente."

A implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins tornará viável o aproveitamento eco-

nômico da região de cerrados do Brasil Central, mediante a utilização dos trechos de 2,1 mil quilômetros entre Aruanã (GO) e Belém, aos quais se devem adicionar 500 quilômetros do rio das Mortes, afluente do Araguaia, em Mato Grosso - informou.

Em aparte, o senador João Rocha (PFL-TO) disse que o Brasil tem que partir para a infra-estrutura básica de apoio à produção de grãos por um sistema hidroferroviário, integrando a hidrovia à ferrovia Norte-Sul.

O senador Odacir Soares (PTB-RO), por sua vez, afirmou que o governo está promovendo o desenvolvimento de grande parte da região Norte, "sem prejuízo ao meio ambiente".

Já o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) assegurou que a criação de um corredor de exportação com o aproveitamento das hidrovias será a redenção do setor agrícola do Centro-Oeste e do Brasil.

Mauro elogia ação pelo fim do analfabetismo em Goiás

"A vocação para participar é uma das marcas mais fortes do espírito goiano", disse ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao anunciar a visita do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a Goiânia, para o lançamento do programa *Toda Criança na Escola*. Na opinião do senador, trata-se de uma das mais importantes iniciativas do governo para o setor educacional.

Goiás recebe o ministro com o respeito e a admiração que lhe são devidos. Todo o país o reconhece como líder do intenso processo de transformação que estamos vivendo nos métodos e objetivos dos vários níveis de ensino praticados em nossas escolas públicas e privadas - afirmou.

Conforme Mauro Miranda, para



Mauro: Goiás oferece parceria

levar adiante essa revolução, o governo federal tem encontrado em Goiás "uma parceria das mais felizes". Ele informou que, na faixa de sete a 14 anos, 90% das crianças goianas estão matriculadas na rede básica de ensino, "índice muito superior à média nacional".

Segundo Mauro, o objetivo do ministro em Goiânia é conchamar toda a sociedade a assumir responsabilidades para melhorar o ensino fundamental e acabar com o analfabetismo.

Mauro Miranda também informou que Goiás saiu na frente na criação de programas fundamentais para a proteção de famílias carentes, como a distribuição de cestas básicas e de leite. Conforme seu testemunho, o governador Maguito Vilela suprimiu a desnutrição infantil, acabando com uma das principais causas da evasão e da repetência. E, em decorrência disso, as crianças goianas não são mais obrigadas a trabalhar para completar a renda familiar.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o deputado federal Paes de Andrade (PMDB-CE) sobre a convenção do PMDB

8h - Debate com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e a deputada federal Martha Suplicy (PT-SP) sobre o controle nas programações de televisão

9h30 - Entrevista com o deputado federal Paes de Andrade

10h - Sessão plenária (vivo)

Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação de empréstimos externos

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

18h45 - Entrevista com o deputado federal Paes de Andrade

19h30 - Debate com o senador Artur da Távola e a deputada federal Martha Suplicy

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Artur da Távola e a deputada federal Martha Suplicy

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h15 - "Plenário em Revista"

10h30 - Sessão plenária deliberativa

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

Saad: alinhado com o governo

José Saad assume vaga de Onofre Quinan

Em seu discurso de posse, o senador José Saad (PMDB-GO), que ocupa a vaga do ex-senador Onofre Quinan, falecido na semana passada, disse ontem que assume o mandato movido por um "forte sentimento de dor e de pesar pela morte do amigo e solidário companheiro". A seu ver, Quinan, durante sete anos, prestou decisiva contribuição a Goiás e ao país como senador.

Onofre Quinan deixou imensas saudades e uma lacuna difícil de ser preenchida. Ele foi um dos personagens essenciais no processo de redemocratização da sociedade brasileira. Atuou com intenso patriotismo na consagração do Estado brasileiro sonhado por todos - afirmou.

Saad observou que estará immanado com o presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de consolidar as reformas administrativa, previdenciária e fiscal. "Acredito que essas matérias, associadas com as demais medidas que se encontram em tramitação no Congresso Nacional, são fundamentais para restaurar a vida ativa na economia", considerou.

Nossas bandeiras estão conjugadas com o que qualifique de mútuo nacional para garantir a estabilidade da moeda, a derrota da inflação e a consequente retomada do crescimento econômico. O que precisamos é de ajustes urgentes e inadiáveis para impedir que a crise internacional continue a jogar milhares de cidadãos nas ruas através dessa inaceitável onda de desemprego - salientou.

Na direção dos trabalhos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, desejou "pleno êxito ao novo senador, ao mesmo tempo que renovo as saudades de Onofre Quinan".

Comissão de Assuntos Sociais aprova projeto originário da Câmara. Matéria, que mereceu empenho especial do programa Comunidade Solidária para sua votação urgente, será apreciada agora pelo plenário

Serviço voluntário começa a ser regulamentado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, com ressalva de 10 emendas apresentadas, o parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que regulamenta o serviço voluntário. A proposta, de autoria do deputado Paulo Bornhausen, irá agora à apreciação do plenário.

Por meio de requerimento aprovado pela comissão, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) conseguiu que a matéria fosse votada com o destaque para as emendas - nove de autoria do relator e uma da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) - que foram posteriormente rejeitadas. Waldeck sugeriu que, depois que o país dispuser de uma legislação para o serviço voluntário, o que poderá ser concretizado durante a presente convocação, o relator apresente

um novo projeto, na próxima sessão legislativa (fevereiro a dezembro de 98), antecipando a boa vontade dos governistas em apreciá-lo.

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), assim como o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) elogiaram a qualidade do relatório de Sebastião Rocha, mas manifestaram o desejo de que o projeto fosse aprovado sem as emendas. Por isso, Elcio orientou os integrantes dos partidos que dão sustentação ao governo para que votassem contra todas as emendas, evitando dessa maneira que o projeto voltasse à Câmara dos Deputados.

- Desejo esclarecer que há um empenho especial do Comunidade Solidária para que essa matéria seja aprovada com a maior urgência - disse o líder.

Já o senador Artur da Távola entendeu que as emendas agregadas pelo relator a seu parecer são, em sua maioria, procedentes.



Na sessão que aprovou o projeto, a CAS ressaltou um total de 10 emendas apresentadas pelos senadores

CAS transfere para a próxima semana projeto sobre cooperativas

Devido ao pedido de vista solicitado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou para a próxima quarta-feira a apreciação do projeto de lei da Câmara que revoga dispositivo da CLT que proclama a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. A matéria teve parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

De acordo com Jonas Pinheiro, o texto da Lei nº 8.949/94 estabeleceu uma

generalização da prestação de trabalho cooperado, sem a observância de quaisquer limites ou pré-requisitos. A seu ver, essa condição afronta os princípios consignados na legislação trabalhista, de maneira particular o dispositivo específico que caracteriza a condição de empregado e estabelece a subordinação e o vínculo empregatício.

- Essa liberalidade na legislação vem encorajando o surgimento e a proliferação de cooperativas de fachada, conhecidas como gato-cooperativas, que são instituídas sem

o cumprimento dos pré-requisitos básicos, num processo distorcido e condenável, visando a burlar a legislação trabalhista e previdenciária e a se valerem das isenções tributárias atualmente concedidas às cooperativas - alertou.

O relator da matéria informou ainda que, para evitar falha na legislação, entendimentos desvirtuados e conflitantes e para melhor orientar o processo fiscalizador, os ministérios do Trabalho e da Previdência Social se comprometem a emitir instruções normativas que assegurem este processo de transição.

Marina: iniciativa do Senado pela ecologia desperta sociedade

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que o projeto sobre a biodiversidade foi uma "iniciativa pioneira e se consolidou como uma contribuição que hoje mobiliza toda a sociedade brasileira, através da imprensa, dos próprios parlamentares, de ONGs e das universidades, entre outros". Ela citou a apresentação de três programas do *Globo Repórter* e reportagens em todos os jornais da grande imprensa, dedicados ao aumento das queimadas na Amazônia e à pirataria dos recursos genéticos e biológicos da região.

- A iniciativa deste Legislativo mobilizou a sociedade e, com isso, aumentou de forma espantosa a nossa responsabilidade. Internacionalmente, o projeto vem sendo discutido e apresentado como iniciativa-modelo em vários países. Só no final do ano passado foi apresentado e discutido em eventos



Marina: defesa da biodiversidade internacionais na Tailândia e na Espanha - comentou.

Marina convidou os senadores a prosseguirem com a iniciativa após o encerramento da convocação extraordinária, para que o projeto possa ser submetido à deliberação dos deputados.

De sua autoria, o projeto sobre a biodiversidade regulamenta convenção internacional firmada na Eco-92 por 150 chefes de Estado, dispondo sobre o acesso aos recursos genéticos e biológicos do país e sobre os direitos das comunidades locais e indígenas.

Júnia lamenta a morte de ex-prefeito de Grão-Mogol

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) lamentou a morte do ex-prefeito de Grão-Mogol (MG), e seu suplente no Senado, Afrânio Augusto de Figueiredo, ocorrida no final de semana, vítima de enfarto, quando discursava para centenas de pessoas durante homenagem a ele oferecida pela população daquela cidade do norte de Minas.

Ao destacar a trajetória po-

lítica e as realizações daquele que, segundo ela, foi eleito prefeito por três vezes, Júnia Marise disse que o desaparecimento de Afrânio Figueiredo causou consternação e deixou a população em estado de choque. "Não só a população de Grão-Mogol, mas toda Minas Gerais chora a perda de um homem que marcou sua vida pelo companheirismo e pela generosidade."

- Casado com dona Dinha, e pai de nove filhos, entre eles o atual prefeito de Grão-Mogol, Jefferson Figueiredo, Afrânio era meu suplente nesta Alta Corte. A generosidade era sua característica mais marcante - disse.

O senador Levy Dias (PPB-MS), na presidência dos trabalhos, associou-se às homenagens a Afrânio Figueiredo em nome da Mesa do Senado.